



MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

www.pmvc.ba.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 14, DE 27 DE AGOSTO DE 2021.

MENSAGEM Nº 24/2021

Vitória da Conquista - BA, 27 de agosto de 2021.

Exmo. Senhor Presidente,

Exmos. Senhores Vereadores,

Estamos encaminhando a Vossa Excelência e a seus dignos pares o Projeto de Lei nº 14/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA, para o quadriênio de 2022 a 2025, cumprindo o disposto nos arts. 165 e ss. da Constituição Federal, arts. 159 e ss. da Constituição do Estado da Bahia e, em especial, os arts. 127 e ss. da Lei Orgânica do Município e dispositivos legais aplicáveis à espécie. Esta matéria projeta o planejamento quadrianual necessário para o cumprimento das metas e programas de Governo para o período de abrangência nela indicado.

O Projeto de Lei que define o Plano Plurianual que está sendo apresentado propõe o planejamento estratégico para os três últimos exercícios dessa gestão e o primeiro ano para o mandato subsequente, buscando, dessa forma, a tão almejada e necessária continuidade administrativa. Além disso, foram feitas consultas à sociedade civil organizada para a obtenção de contribuição visando a construção do PPA, dando ênfase à participação popular direta nesse importante momento.

O PPA é o instrumento básico para definir e integrar a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA. Esses documentos legais, elaborados de forma sintonizada, estabelecem um sistema de planejamento concebido para viabilizar a execução de projetos, programas, ações e metas da gestão pública, indispensáveis à melhoria da qualidade de vida da população. Vale ressaltar que o planejamento global adequado às peculiaridades setoriais não é somente uma atividade técnica, sendo, cada vez mais, uma atividade política que influencia e modifica o mundo urbano e rural do Município.





MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

www.pmvc.ba.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 14, DE 27 DE AGOSTO DE 2021.

Além do planejamento intersetorial e compartilhado, a concepção geral que se tem em relação ao PPA implica na participação indispensável da sociedade em sua discussão e formulação, contribuindo com análises e sugestões. É o entendimento desse processo como fundamental para o amadurecimento da democracia e do seu aperfeiçoamento, por meio da expressão da vontade da população. Conforme já mencionado, todo o conteúdo ora enviado a essa Casa Legislativa teve na sua construção a contribuição da sociedade civil organizada, que participou de consulta formulada a partir de preenchimento de questionário elencando as prioridades que foram reputadas como relevantes.

A proposta ora apresentada define os macro-objetivos a serem perseguidos no quadriênio 2022-2025. Tais diretrizes estão compatíveis, em primeiro lugar, com as reais carências da população conquistense, principalmente daquela mais necessitada das ações do Poder Público. Além disso, também está rigorosamente observado o cenário político, econômico e social. Importante ressaltar é que a elaboração desse Projeto de Lei avalia os inevitáveis riscos próprios de previsões financeiras.

É certo que alterações reais, uma vez influenciando sobre as projeções de receitas e despesas, ou sobre os repasses previstos, podem impactar negativamente o provimento de recursos necessários ao cumprimento do que foi planejado. Esses riscos vão além dos problemas domésticos brasileiros. Entretanto, eles envolvem também questões externas, típicas de um mundo e de uma economia globalizada, caracterizada pela imprevisibilidade, pelo elemento surpresa e pela instantaneidade da informação, como acontece atualmente com os impactos ocasionados pela pandemia, cujos desdobramentos e repercussões ainda se fazem sentir na economia como um todo e nas finanças públicas em particular, afetando os processos de arrecadação dos Estados e Municípios.





MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

www.pmvc.ba.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 14, DE 27 DE AGOSTO DE 2021.

Atento a todos os prognósticos e análises apresentadas, o presente Projeto de Lei segue rigorosamente as normas legais e institucionais e prevê, além da continuidade das ações em Saúde, Educação, Assistência Social, ampliação e conservação de serviços públicos, um esforço maior para dotar nosso Município de melhor infraestrutura nas questões relativas à acessibilidade, transporte de passageiros e mobilidade com novos equipamentos, tanto na zona urbana, quanto nas áreas rurais. Para o período de 2022 a 2025, serão enfatizadas e seguidas as diretrizes e estratégias apontadas pelo Planejamento, procurando atualizar importantes instrumentos institucionais de gestão pública.

O Plano Plurianual 2022-2025 é o mais importante instrumento para a execução das ações planejadas e um indicador preciso do nível do compromisso e responsabilidade para com os recursos públicos e a previsão das suas aplicabilidades, adequado aos projetos a serem realizados em curto e médio prazo. Trata-se de um documento destinado a orientar a elaboração e planejamento dos recursos orçamentários nos próximos quatro anos, visando o melhor aproveitamento possível das disponibilidades financeiras e tendo como principal objetivo o aumento da qualidade de vida para a população.

Por oportuno, informamos aos membros da Câmara Municipal que, com a finalidade de aperfeiçoarmos o PPA para o quadriênio 2022-2025, foram feitas algumas alterações relevantes, para as quais chamamos a atenção de V.Sas.:

- I. Comparado com o PPA atual, foram alterados os textos dos arts. 2º, 4º e 6º, §1º;
- II. Foram alteradas as estruturas dos Anexos deste PL, em comparação com os Anexos do atual PPA;
- III. Remanejou-se a unidade orçamentária Ouvidoria, tirando-a do Gabinete Civil e transferindo-a para a Secretaria Municipal da Transparência e do Controle;





MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

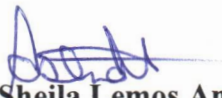
www.pmvc.ba.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 14, DE 27 DE AGOSTO DE 2021.

- IV. A Procuradoria Geral do Município passou a ser um órgão orçamentário independente do Gabinete Civil;
- V. A Unidade Orçamentária de Apoio à Tecnologia de Informação da Secretaria Municipal de Governo foi remanejada para a Secretaria Municipal de Administração;
- VI. As Parcerias Público-Privadas passaram a ser uma unidade orçamentária dentro da Secretaria Municipal de Governo;
- VII. A Reserva de Contingência passou a ser uma unidade orçamentária independente da Secretaria Municipal de Finanças e Execução Orçamentária;
- VIII. As Subprefeituras foram nomeadas como unidade orçamentária Posto Avançado de Atendimento ao Cidadão;

Assim, contamos com o valioso e costumeiro apoio e compromisso de Vossas Excelências, para apreciar e aprovar esse importante Projeto de Lei, observando-se os prazos e disposições contidas na legislação vigente. Nesta oportunidade, reiteramos protesto de elevada consideração e apreço.

Atenciosamente,


Ana Sheila Lemos Andrade

Prefeita Municipal






MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

www.pmvc.ba.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 14, DE 27 DE AGOSTO DE 2021.

CÂMARA MUNICIPAL
VITÓRIA DA CONQUISTA
PROPOSIÇÃO APROVADA EM
REDAÇÃO FINAL NA SESSÃO DO
22/12/2021


Luís Carlos Dudé
PRESIDENTE

Dispõe sobre o Plano Plurianual –
PPA, para o quadriênio 2022 a 2025,
e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, Estado da Bahia, no uso das atribuições que lhe confere, privativamente, o artigo 46, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia, aprovou, e eu, a Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual do Município de Vitória da Conquista, para o quadriênio 2022 a 2025, em cumprimento ao disposto nos arts. 165 e ss. da Constituição Federal, arts. 159 e ss. da Constituição do Estado da Bahia e, em especial, os arts. 74, 127, 127-A e ss. da Lei Orgânica do Município e dispositivos legais aplicáveis à espécie, de forma estruturada, com os programas com suas respectivas metas e ações orçamentárias, estabelecendo:

- I. Os programas e suas metas financeiras;
- II. As ações necessárias à execução dos programas, com suas finalidades, objetivos, público alvo, produtos e metas físicas e financeiras;
- III. As diretrizes orientadoras da gestão do PPA.

Art. 2º Integram esta Lei os seguintes anexos:

- I. Anexo I – Resposta da consulta à Sociedade Civil Organizada;
- II. Anexo II - Diretrizes orientadoras do Plano Plurianual para o quadriênio 2022 a 2025;
- III. Anexo III – Previsão das receitas para o período;
- IV. Anexo IV – Distribuição global dos recursos por órgão do governo, com a classificação dos mesmos pelos grupos de despesa;







MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

www.pmvc.ba.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 14, DE 27 DE AGOSTO DE 2021.

- V. Anexo V – Detalhamento dos Programas e Ações;
- VI. Anexo VI – Definição das Prioridades para o período.

Art. 3º O Detalhamento dos Programas e Ações, Anexo V, define a programação plurianual das Unidades Orçamentárias, detalhada em nível de ações, com a indicação das metas e custos estimados para o período de vigência do Plano, passando a constituir o demonstrativo básico para efeito de acompanhamento e monitoramento da execução do Plano Plurianual objeto desta Lei.

§1º Os Projetos Estruturantes constituem ações orçamentárias desenvolvidas com o objetivo de promover relevantes mudanças na realidade do Município de Vitória da Conquista, e são destacadas no Anexo VI como prioridades para o período.

§2º Integra o Anexo III a esta Lei o Demonstrativo da Receita disponível para o mesmo período e necessária à execução dos Programas e Ações.

§3º Para cumprimento dos dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022, integra, excepcionalmente, este Anexo V o demonstrativo das metas para o mesmo exercício de 2022.

Art. 4º Constituem os objetivos estratégicos da ação governamental no que se refere à melhoria da gestão municipal para o quadriênio:

- I. Qualidade fiscal:
 - a. Gestão dos recursos;
 - b. Valorização dos servidores;
 - c. Transparência Pública;
- II. Cidade para pessoas:
 - a. Urbanismo;
 - b. Infraestrutura;
 - c. Transporte Público;
 - d. Mobilidade;
 - e. Cidades Inteligentes;
 - f. Esporte e Lazer;





MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

www.pmvc.ba.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 14, DE 27 DE AGOSTO DE 2021.

- g. Cultura;
- h. Cidades Criativas;
- III. Desenvolvimento com sustentabilidade:
 - a. Meio Ambiente;
 - b. Desenvolvimento Econômico;
 - c. Zona Rural;
- IV. Rede integrada de serviços:
 - a. Desenvolvimento Social;
 - b. Educação;
 - c. Direitos Humanos;
 - d. Saúde;
 - e. Serviços Públicos.

Art. 5º Buscando alcançar os objetivos estratégicos definidos no artigo anterior, a Administração adotará as seguintes diretrizes básicas, detalhadas nas Leis de Diretrizes Orçamentárias:

- I. Equilíbrio das contas públicas municipais;
- II. Transparência na definição e na gestão dos orçamentos municipais;
- III. Respeito ao princípio orçamentário da programação;
- IV. Austeridade na utilização e otimização dos recursos públicos;
- V. Obtenção de níveis satisfatórios de arrecadação tributária municipal.

Art. 6º O Plano Plurianual instituído por esta Lei poderá ser alterado ou modificado em decorrência de:

- I. adequação à realidade econômica, social e financeira do Município, decorrente do permanente acompanhamento de sua execução;
- II. sua revisão anual;
- III. necessidade de ajuste e adequação de natureza conceitual, mormente em relação ao modelo adotado em sua elaboração e execução;





MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

www.pmvc.ba.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 14, DE 27 DE AGOSTO DE 2021.

IV. a inclusão de informações, dados ou atributos não identificados no momento de sua elaboração original.

§1º A alteração ou exclusão de programas constantes no Plano Plurianual, bem como a inclusão de novos programas, poderá ser efetuada mediante lei orçamentária ou de créditos adicionais.

§2º A alteração, inclusão ou exclusão de ações orçamentárias no Plano Plurianual pode ocorrer por intermédio da lei orçamentária ou de créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa as modificações correspondentes.

§3º É o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa.

§4º Em qualquer das hipóteses, as alterações ou modificações introduzidas respeitarão os valores estimados para o quadriênio, ressalvadas as hipóteses de disponibilidades oriundas de reestimativas da Receita para o quadriênio.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022 até 31 de dezembro de 2025, ficando revogadas as disposições em contrário.

Vitória da Conquista-BA, 27 de agosto de 2021.


Ana Sheila Lemos Andrade
Prefeita Municipal

